

**Acta nº 30 - Reunião ordinária da  
Câmara Municipal de Pombal,  
celebrada em trinta de Outubro de  
mil novecentos e noventa e oito.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aos trinta dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Dr<sup>a</sup>. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Dr. Joaquim António dos Santos Guardado e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Agostinho António Gonçalves Lopes, Técnico Superior de Administração e Gestão Pública Estagiário.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Resumo Diário da Tesouraria.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia vinte e nove de Outubro, corrente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de quarenta e sete milhões setecentos e quarenta e dois mil trezentos e trinta e nove escudos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta milhões noventa mil e doze escudos.\_\_\_\_\_

**Pagamentos efectuados entre os dias  
vinte e três e vinte e nove de  
Outubro, corrente.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foram feitos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 147.875.367\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 4.233.698\$00.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Comunicação de actos praticados  
no uso de delegação e subdelegação  
de competências.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre vinte e três e vinte e nove de Outubro, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_49 licenças de obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_18 licenças de destruição de revestimento vegetal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 alvará de saneamento sanitário.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura deram entrada na sala de reuniões, para fazerem parte da mesma, os Vereadores Senhores Luís Diogo Mateus e Carlos Alberto Silva.\_\_\_\_\_

**Asfaltagem de Estradas e Caminhos  
na Freguesia de Vermoil (Limite do  
Concelho de Leiria - Rio Arunca) -  
Abertura de Concurso.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma informação do Sector de Viação, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_” Junto em anexo o projecto, o programa de concurso e o caderno de encargos relativos à obra mencionada em epígrafe para efeitos de aprovação e abertura de concurso público.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O preço base é de 34.730.355\$00 e o prazo de execução é de 90 dias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A obra encontra-se prevista no Plano de Actividades sob o código 09.01.83 e no orçamento sob a rubrica 05.09.04.07.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, abrir concurso público, com vista à execução da obra mencionada em epígrafe, de harmonia com a informação do Sector de Viação acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Abastecimento de Água a Ereiras,  
Pousadas Vedras, Caruncho, Poios,  
Anços, Estrada de Anços, Jagardo,  
Charneca, Boavista, Bernardos/  
Redinha, Montes de Vérigo/Pelariga  
(1ª. Fase) - Trabalhos a Mais.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Para os devidos efeitos informa-se V. Ex<sup>a</sup>. que a obra referida em epígrafe, foi adjudicada à Firma Marsilop - Sociedade de Empreitadas, S.A. , pelo valor de 108.521.691\$00, mais IVA.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Logo no início da obra detectou-se que havia um erro nas medições, porque o projectista previu 10,991 ml quando deveria ter sido 10991 ml, que ocasionou trabalhos a mais no valor de 2.637.840\$00, mais IVA, tendo os mesmos sido aprovados pela Câmara na sua reunião de 20.09.96.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No decorrer da obra houve outros tipos de trabalhos não previstos, com preços de proposta e que foram necessários realizar, conforme mapa I, a preços de proposta, e que destacamos a seguir:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Prolongamentos a diversas habitações, não previstos no projecto, no comprimento total de 1546 ml, diâmetro 63.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Execução de mais 25 ramais domiciliários.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Aumento do cabo VAV 3x2,5 em 327,00 ml.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Substituição de tubagem de PVC para aço, no interior dos Reservatórios R0 e R1.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Aumento de conduta elevatória R0/R1, devido à mudança do Reservatório R1. Este Reservatório foi mudado, atendendo a que o terreno inicialmente previsto, não tinha acesso.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Execução de enrocamento sob a soleira do Reservatório R1.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram ainda executados trabalhos não previstos a preços acordados, conforme mapa I A e que destacamos a seguir:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Substituição de terras provenientes de vala, por estas serem impróprias (rocha), por saibros.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Execução de travessia de linha de água em ferro fundido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Regularização de berma em virtude de se ter deslocado a vala da zona pavimentada para as bermas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O valor dos trabalhos a mais com preço de proposta é de 7.756.878\$00, mais IVA, conforme o Mapa I e o valor dos trabalhos a preços acordados é de 2.912.118\$00, mais IVA, conforme Mapa IA. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, solicita-se a V. Ex<sup>a</sup>. a aprovação dos trabalhos a mais, no valor atrás referido, no sentido de elaborar o respectivo auto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais se informa que se prevê trabalhos a menos no valor de 27.690.980\$00, conforme mapa resumo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não há necessidade de elaborar um contrato adicional, dado o valor dos trabalhos a menos ser superior ao valor dos trabalhos a mais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nesta conformidade, solicita-se a V Ex<sup>a</sup>. a aprovação dos trabalhos atrás mencionados, bem como os preços propostos.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e os trabalhos a menos, de harmonia com a informação da Divisão do Obras Públicas, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Escola Pré-Primária da Redinha -  
Arranjos Exteriores - Procº. nº. 17/98  
- Trabalhos a Mais. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”1- Para os devidos efeitos informo V. Ex<sup>a</sup>. que para a conclusão da obra, referida em epígrafe, adjudicada à firma Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda., pelo valor de 1.994.240\$00 mais IVA, verificou-se a necessidade de se proceder à execução de trabalhos a mais, constantes no mapa I que se anexa, que orçaram em 271.900\$00 mais IVA. Estes trabalhos referem-se, essencialmente, à execução de uma caixa de visita e colocação de tubagem em PVC, com vista à melhor funcionalidade da rede de águas pluviais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2- Relativamente ao valor inicial da adjudicação, existem trabalhos a menos no valor total de 201.500\$00, conforme mapa físico da obra que se apensa, os quais resultam da anulação dos trabalhos referentes à colocação de uma sarjeta e diminuição, pouco significativa, do comprimento do dreno e substituição do diâmetro das manilhas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3- Nesta conformidade, propõe-se a V. Ex<sup>a</sup>. a aprovação dos trabalhos a mais no valor total de 271.900\$00 e dos trabalhos a menos, no valor total de 201.500\$00, no sentido de se proceder à elaboração de um adicional ao contrato no montante de 70.400\$00 mais IVA.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e os trabalhos a menos, bem como a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Caminho do Vale da Cabra à Feteira  
(3<sup>a</sup>. Fase) - Proc<sup>o</sup>. nº. 16/94 - Recepção  
Provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Edifícios Municipais – Beneficiação e  
Reparação de Outros Edifícios  
(Construção das Novas Instalações  
Sanitárias e Camarins do Jardim  
Marquês de Pombal) – Proc<sup>o</sup>. nº.  
29/97 - Recepção Provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Pavimentação de Ruas na Freguesia de Pombal - Procº. nº. 11/98 - Recepção Provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Desenvolvimento de Áreas Desportivas Concelhias (Construção do Campo de Jogos da Redinha) - Procº nº. 47/94 - Auto de vistoria para efeitos de extinção de caução.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Acordo Prévio de Transporte Escolar ao abrigo da Portaria nº. 959/87, de 26 de Dezembro.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, o Acordo Prévio de Transporte Escolar do Colégio Cidade Roda, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”O Colégio Cidade Roda, Pessoa Colectiva nº. 502045183, com sede em Redinha, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Pombal sob o nº 844, estabelecimento de Ensino Particular com paralelismo pedagógico e contrato de associação, titular das licenças a que se refere a alínea a) do nº. 1 da Portaria nº. 959/87, de 26 de Dezembro, vem propor a essa Câmara Municipal a celebração de um acordo prévio para realizar o transporte escolar dos alunos que frequentam este estabelecimento de ensino no ano lectivo 1998/99, de acordo com o Plano de Transporte Escolar aprovado, nas seguintes condições:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Primeira: Assegurando a realização do transporte escolar, em conformidade com o Plano de Transporte Escolar de 1998/99, legislação aplicável e nas condições abaixo descritas, pelo valor global de 2.250.000\$00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil escudos) com isenção de IVA ao abrigo do D.L 553/80;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Segunda: Obrigando-se, designadamente, a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Transportar, para o Colégio Cidade Roda, todos os alunos abrangidos por este acordo a estudar neste estabelecimento de ensino, de acordo com os seus horários;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Transportar para as localidades de residência esses mesmos alunos do Colégio, também de acordo com os seus horários;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Realizar os circuitos especiais de modo a que não obrigue os alunos a tempos de espera superiores a trinta minutos e a tempos de deslocação superiores a quarenta e cinco minutos em cada viagem;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Terceira: Ao valor referido na condição primeira serão deduzidas as comparticipações devidas pelos alunos, nos termos da Portaria nº. 181/86, de 6 de Maio, sendo a sua cobrança da responsabilidade do Colégio Cidade Roda;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Quarta: O valor referido na condição primeira será facturado em 10 facturas iguais, correspondentes aos meses de Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho, devendo estas facturas discriminar o valor das comparticipações referidas na condição terceira relativas ao mês facturado;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Quinta: O pagamento deverá ser feito até ao final do terceiro mês posterior ao envio da factura;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Sexta: O Colégio Cidade Roda obriga-se a conceder 500 Km de serviço de autocarro, incluindo despesas com combustível, portagens e motorista, a utilizar pela Câmara Municipal de Pombal, durante o ano lectivo de 1998/99;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Sétima: Poderá a Câmara Municipal de Pombal, sempre que julgue conveniente, solicitar listagem de alunos não abrangidos pela escolaridade obrigatória para verificação das comparticipações, acompanhada essa listagem da respectiva facturação por localidades de embarque;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Oitava: Em caso de desencontro do valor das comparticipações cobradas, deverá analisar-se conjuntamente, Câmara e Colégio, os casos em discórdia para se averiguar da razão;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nona: Nos casos omissos e em tudo o mais não especialmente previsto neste acordo, observar-se-ão as disposições do Dec-Lei nº. 299/84, de 5 de Setembro e demais legislação em vigor aplicável.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O presente acordo considera-se automaticamente firmado se a aprovado por deliberação eficaz dessa Câmara Municipal.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo prévio de Transporte Escolar, apresentado pelo Colégio Cidade Roda, acima transcrito.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões o Senhor Presidente, tendo assumido a presidência a Vereadora Senhora Dr<sup>a</sup>. Maria Ofélia Moleiro.\_\_\_\_\_

### **Circuitos Especiais de Transporte Escolar/Outorga de Contrato.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma informação do Técnico Superior de Administração e Gestão Pública Estagiário, do seguinte teor:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Tendo esta Câmara, no decurso do Concurso Público para realização de Circuitos Especiais de Transporte Escolar, cujo anúncio foi publicado na III Série do D.R. de 1 de Junho de 1998, deliberado, a 28 de Agosto último, adjudicar a Zona B ao Colégio João de Barros, Ld<sup>a</sup>., necessário se torna promover a outorga do competente contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Verificando-se impedimento do Senhor Presidente, conforme dispõe a alínea b) do nº.1 do Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo, propõe-se que sejam conferidos poderes de outorga do contrato à Sr<sup>a</sup>. Vereadora Ofélia Moleiro.”\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação acima transcrita, e dar poderes à Senhora Vereadora Dr<sup>a</sup> Ofélia Moleiro, para outorga do respectivo contrato de adjudicação da Zona B ao Colégio João de Barros, Ld<sup>a</sup>., com sede no lugar e sede de freguesia de Meirinhas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura, regressou à sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara, tendo reassumido a presidência da mesma.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões, o Vereador Senhor Dr. Joaquim António Guardado.\_\_\_\_\_

**Plano de Urbanização de Pombal –  
Circular Exterior à Cidade de  
Pombal/Proposta de Medidas  
Preventivas.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”De acordo com o artº. 7º do Dec-Lei nº. 69/90, de 2 de Março :”A Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, pode estabelecer medidas preventivas para as áreas, ou parte das áreas, a abranger por Planos Municipais.

\_\_\_\_\_ Encontrando-se já definido o traçado provisório da Circular Exterior à Cidade de Pombal, urge estabelecer medidas preventivas, nos termos dos Dec-Leis nºs. 794/96 e 69/90, de 5 de Novembro e 2 de Março, respectivamente, para a área definida na planta à esc. 1/10.000, que se anexa, de modo a evitar a alteração das condições existentes e que possam comprometer ou tornar mais difícil ou onerosa a sua execução.\_

\_\_\_\_\_ Sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a proposta de Medidas Preventivas, que se anexa.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se a proposta de Medidas Preventivas, que também se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Proposta de Medidas Preventivas\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artº. 1º\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Objectivo e Localização\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Tendo em consideração a necessidade de assegurar a melhor fluidez de circulação do tráfego na Cidade de Pombal é proposta uma Circular, a seguir designada por Circular Exterior à Cidade de Pombal (C.E.C.P).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 . O traçado provisório da Circular Exterior à Cidade de Pombal encontra-se representado na Carta A – Planta Esquemática de Hierarquização da Rede Rodoviária da Cidade de Pombal - , possuindo nós de ligação aos Itinerários Complementares 2 e 8 (IC2 e IC8) e rotundas de intersecção com a rede viária local.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artº 2º.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Faixas de Protecção\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Tendo em consideração a obrigatoriedade de preservar um corredor para a futura implantação da Circular Exterior à Cidade de Pombal são desde já, estabelecidas as seguinte faixas de protecção:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Até a aprovação do Estudo Prévio de C.E.C.P. são estabelecidas faixas de protecção non aedificandi com a largura de 100 metros para um e outro lado do eixo da via proposta.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Desde a aprovação de Estudo Prévio até à aprovação do Projecto de Execução são estabelecidas faixas de protecção non aedificandi com a largura de 50 metros para um e outro lado do eixo da via proposta. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 . Após a aprovação do Projecto de Execução, vigorará uma faixa de protecção non aedificandi com a largura de 35 metros para um e outro lado do eixo da via. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Artº. 3º. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Condicionamentos à Alteração de Uso de Solo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Nas faixas de protecção acima mencionadas ficam especialmente proibidas as seguintes acções d iniciativa privada: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) O loteamento urbano \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A execução de quaisquer construções excepto as que se destinam ao apoio da conservação ou manutenção das características naturais das referidas faixas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) A destruição do solo vivo e do coberto vegetal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) A alteração da topografia do solo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) A descarga de entulhos de qualquer tipo e o depósito de quaisquer materiais.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Medidas Preventivas, acima transcritas, e remeter as mesma à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. \_\_\_\_\_

### **Parque Industrial Manuel da Mota/ Autorização de venda do lote nº. 1- D**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Em reunião de Câmara realizada em 22 de Maio de 1998, a Câmara Municipal de Pombal deliberou, por unanimidade, autorizar a firma Milques – Indústria de Plásticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, lote 1-D, freguesia e concelho de Pombal, a transmitir a propriedade do lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 5.820 m2, designado pelo lote nº. 1-D do Parque Industrial Manuel da Mota, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o artigo número 9345 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº. 09350. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Tal deliberação assentou, designadamente nas seguintes condições ou pressupostos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_” .....

\_\_\_\_\_ a) Que a Câmara, ao abrigo da cláusula sexta do contrato de compra e venda celebrado em 19/12/1997, e do artº. 8º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, delibere autorizar a firma Milques – Industria de Plásticos, Limitada, a vender o lote nº.1-D do loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota, à firma Da Ponte & Silva, Ldª., pelo preço de 8.730.000\$00 (oito milhões setecentos e trinta mil escudos) e com as seguintes condições:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - O lote destina-se à implantação de indústria que obedeça a todos os requisitos exigidos pelos vários departamentos estatais envolvidos e que tenha ausência total de poluição do meio ambiente;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A área máxima de ocupação do lote, em construção industrial, será de 50% do total, podendo no entanto, ocupar a área máxima de 500 m2 de construção urbana de apoio, conforme previsto na alínea c) do nº. 3 do artº. 3º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - No prazo máximo de 180 dias a contar da data da assinatura da escritura de compra e venda, deverá o adquirente, dar início à implantação do projecto no terreno, de acordo com o nº. 2 do artº. 3º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Doze meses após a data do alvará - licença de construção, deverá a unidade estar em completa laboração dentro dos moldes apresentados pelo projecto aprovado e licenciado;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - O não cumprimento de qualquer destes prazos implica que a Câmara Municipal de Pombal tome posse do lote, no estado em que o mesmo se encontra, sem direito a quaisquer indemnizações por parte do adquirente, bem como das benfeitorias existentes à data daquela tomada de posse.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A Câmara autorizará a venda do lote e as benfeitorias realizadas, a empresa que apresente proposta de instalação industrial que respeite as exigências estabelecidas no Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em tudo o que não ficar expresso na escritura, serão aplicadas as cláusulas do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Que a escritura se realize no Notário Privativo desta Câmara, outorgando o Senhor Presidente da Câmara na referida escritura a, em cumprimento desta deliberação, autorizar a transmissão nos termos e com as condições referidas.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sucede que:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A empresa Milques – Industria de Plásticos, Limitada, vem, agora, solicitar à Câmara autorização para efectuar a referida escritura de transmissão à Da Ponte & Silva, Ldª., fora do Notário Privativo da Câmara Municipal de Pombal, em virtude de alegadas dificuldades em efectuar o registo da transmissão na Conservatória do Registo Predial de Pombal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao exposto, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ proponho a V. Exª. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que a Câmara delibere alterar a deliberação tomada na sua reunião de 22 de Maio de 1998, autorizando a empresa Milques – Industria de Plásticos, Limitada, a efectuar a referida escritura fora do Notário Privativo da Câmara, mantendo todas as restantes condições impostas.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Loteamento Urbano de Maria Celeste  
Crespo Pedrosa Duarte e António  
Teodósio Crespo Pedrosa/Pedido de  
Redução de Garantia Bancária. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Assunto: Alvará de loteamento nº. 6/97 \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Reqtº nº 11434 de 14 de Outubro de 1998 \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Redução da Garantia Bancária \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Atendendo a que as obras de urbanização se encontram quase concluídas, não se justifica já a garantia bancária a favor da Câmara, no valor de 19.340.355\$00 (dezanove milhões trezentos e quarenta mil trezentos e cinquenta e cinco escudos). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De acordo com o que foi requerido, não se vê qualquer inconveniente na redução da garantia bancária para 20%, ou seja, para 3.868.071\$00 (três milhões oitocentos e sessenta e oito mil e setenta e um escudos).” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à redução da garantia bancária para 20% do valor inicial, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo. \_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Aprovação de Arquitecturas.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Sorepauto – Reparadora de Automóveis, com sede no lugar e sede de freguesia de Guia, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração e ampliação de um imóvel destinado a oficina auto, na referida sede de freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 453/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Abílio Duarte da Mota, residente no lugar de Outeiro da Ranha, freguesia de Vermoil, deste concelho, em que solicita a alteração para proceder à divisão da cave em 6 garagem individuais do prédio que possui no Lote nº. 4 do Bairro Agorreta, nesta cidade, a que se refere o processo de obras nº.1833/RC/95.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Rui Paulo Silva Sá, Irene Rosa Silva e Luís Carlos Silva Sá, residentes no Bairro Agorreta, nesta cidade, em que solicitam a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração e ampliação de um imóvel (legalização, na Travessa do Barco, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1046/RC/98.\_\_\_\_

### **Pedidos de Informação Prévia.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Foi presente à reunião um requerimento de Armando das Neves dos Santos, residente na Rua dos Bombeiros Voluntários, em Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Vila Pouca, freguesia de S. Simão de Litém, deste concelho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Dado que o local se encontra em espaço urbano não se vê inconveniente em que se deixe construir a moradia unifamiliar pretendida, devendo o projecto a apresentar cumprir com a legislação em vigor.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Foi presente à reunião um requerimento de Orlando Domingues dos Santos, residente no lugar de Alcária, freguesia de Vila Cã, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um imóvel, destinado a habitação e comércio, no lugar de Barreiras, freguesia da Redinha, deste concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor, o local da construção encontra-se situado em “Espaço Natural Interior” e dado que a proposta apresentada não se enquadra nas exceções previstas na alínea b) do artigo 46º. do PDM, deverá ser indeferido o pedido com base no artigo 63º. 1. a) do D.L. 445/91, de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Foi presente à reunião um requerimento de Ramiro Neves Ferreira, residente no lugar de Feteira, freguesia da Ilha, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um pavilhão destinado a cunicultura, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Dado que o pedido não cumpre com os requisitos do artigo 40 do PDM, e dado o parecer desfavorável do Centro de Saúde, deverá ser indeferido o pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L. 445/91, de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Foi presente à reunião um requerimento de Saúl Manuel Pereira Ferreira, residente na Rua Peixoto nº. 6, no lugar de Sobral, freguesia de Vermoil, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor, o local encontra-se definido como “Espaço Florestal” e não reunindo as condições de

excepção do artigo 42 do PDM, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63. 1.a) do D.L. 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. Foi presente à reunião um requerimento de Guilhermino Ferreira Marto, residente no lugar e sede de freguesia de Meirinhas, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Arieiro, da referida freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor, o local a que se refere o presente pedido encontra-se definido como “Espaço Florestal”. Não se verificando as condições de excepção previstas no artigo 42 do PDM, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. Foi presente à reunião um requerimento de Manuel Teresa Ferreira, residente no lugar de Ramalhais de Cima, freguesia de Abiul, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um barracão para arrumos e alojamento de animais, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Dado que o local para onde é requerida a construção de um barracão se encontra em “Espaço Natural Interior” e na REN, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1.a) e c) do D.L 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura regressou à sala de reuniões, o Vereador Senhor Dr. Joaquim Guardado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. Foi presente à reunião um requerimento de Maria Violeta Marques, residente no lugar de Antões, freguesia do Louriçal, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor, o local da construção pretendida situa-se em “Espaço Agro-Florestal” no limite com a RAN e não podendo considerar-se abrangido pelas exceções do artigo 40 do PDM, deverá ser indeferido o pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L 445/91 de 20/11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Foi presente à reunião um requerimento de Luís Miguel Marques Silva, residente no lugar de Viuveiro, freguesia de Vila Cã, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Dado que o local para onde é requerido o presente pedido se encontra inserido em “Espaço Florestal “ e na REN, e de acordo com o PDM em vigor, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1.a) e c) do D.L. 445/91 de 20/11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. Foi presente à reunião um requerimento de António Jesus dos Santos, residente no lugar de Martin Godim, freguesia de Carnide, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia bifamiliar, no lugar de Palha Carga, da referida freguesia.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Dado que o local se encontra definido no PDM em vigor como “Espaço Agro-Florestal” e não se enquadrando o pedido nas exceções previstas no artigo 40 do referido PDM, deverá ser indeferido o respectivo pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

**Toponímia da Freguesia de Pombal/  
Vicentes, Arroteia e Quinta do  
Regato.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Junto se anexa uma proposta de designação toponímica das ruas dos lugares de Vicente, Arroteia e Quinta do Regato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim, sugere-se que a Câmara delibere, nos termos da alínea g) do nº. 4, do artº. 51º do Dec-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, estabelecer a denominação toponímica, indicada na relação e plantas anexas.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Lugar dos Vicente \_\_\_\_\_

Nome de Rua	Tem início em:	Termina em:
Rua da Escola	Rua dos Vicente	Largo das Almas
Rua das Alminhas	Largo das Almas	Melga
Largo das Almas	Largo onde começam as Ruas da Capela e do Outeiro	
Rua dos Lameirões	Rua dos Vicente	Lameirões
Rua dos Casarões	Rua da Escola	Rua da Cumieira
Rua da Bica	Rua da Escola	Bica
Rua da Cevadinha	Rua da Escola	Cevadinha
Rua dos Vicente	Rua da Encosta do Castelo em Pombal	Rua da Cumieira
Rua do Pinheiro	Rua da Escola	Residências
Rua do Carrascal	Rua da Escola	Rua da Lameira

Travessa do Carrascal	Rua da Escola	Rua do Carrascal
Beco do Carrascal	Travessa do Carrascal	Residências
Rua do Cano	Rua da Escola	Rua dos Vicentes
Rua S. Miguel	Rua da Escola	Residências
Rua do Tojal	Rua das Escolas	Residências
Travessa do Tojal	Rua do Tojal	Tojal
Rua do Outeiro	Largo das Almas	Boiças
Rua da Capela	Largo das Almas	Catrinô
Travessa do Outeiro	Rua da Capela	Residências
Rua do Regato	Rua da Capela	Regato
Rua da Docório	Rua da Capela	Vale das Lobas
Rua dos Lameirinha	Rua da Capela	Residências
Rua dos Carrascos	Rua da Lameirinha	Rua das Alminhas
Travessa da Fonte	Rua das Alminhas	Fonte
Rua Figueira da Eira	Rua das Alminhas	Figueira da Eira
Rua do Fundo Arneiro	Rua das Alminhas	Fundo Arneiro
Rua da Lameira	Rua das Alminhas	Ribeiro
Rua do Pinto	Rua da Lameira	Pinto
Travessa da Lameira	Rua da Lameira	Rua do Carrascal
Rua da Estrada Velha	Rua das Alminhas	Rua das Alminhas
Rua do Pomarinho	Rua das Alminhas	Pomarinho
Rua da Ameixoeiraria	Rua das Alminhas	Ameixoeiraria
Rua da Carvalhiça	Rua das Alminhas	Carvalhiça
Beco da Lameira	Rua da Lameira	Residências

---

Lugar de Arroiteia

---

Nome da Rua	Tem início em:	Termina em:
Rua da Capela	Estrada - IC8	Estrada - IC8
Rua do Barbeito	Rua da Capela	Estrada - IC8
Rua da Pregueira	Rua da Capela	Praça da Capela
Rua do Barroco	Rua da Capela	Direcção ao mar
Rua do Lamarão	Rua do Rossio	Estrada - IC8
Rua do Rossio	Rua da Capela	Rua do Barroco
Praça da Capela	Entre a Capela e Salão	

Lugar de Quinta do Regato

Nome de Rua	Tem início em:	Termina em:
Rua dos Vicentes	Pombal	Rua da Cumieira em Vicentes (EM 530)
Rua das Maias	Rua dos Vicentes	Junto às Antenas (Telecel + TMN)
Rua da Sota	Rua dos Vicentes	Encosta da Sota
Rua da Padaria	Rua dos Vicentes	Padaria
Rua do Regato	Rua dos Vicentes	Rua dos Vicentes
Rua das Macieiras	Rua dos Vicentes	Macieiras
Rua do Luzio	Rua dos Vicentes	Luzio
Rua da Rola	Rua dos Vicentes	Rola
Rua Vale das Lobas	Rua dos Regato	Estrada de Albergaria dos Doze no Vale das Lobas
Rua dos Bichos	Rua dos Vicentes	Junto às Residências

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Toponímia dos lugares da Freguesia de Pombal de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo, devendo ser comunicado à Conservatória do Registo Predial, aos C.T.T., à Telecom, à Repartição de Finanças e à G.N.R.

Nesta altura, deu entrada na sala de reuniões a fim de fazer parte da mesma, o Vereador Senhor Dr. João Coucelo.

### **Concessão de Licenças de Uso e Porte de Arma de Caça e Recreio/ Informação.**

Foi presente à reunião, uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:

”1.Considerando a competência do Presidente da Câmara Municipal em matéria de concessão de licenças de uso e porte de arma de caça e recreio, decorrente das disposições do Artigo 57.º do D.L. n.º 37313, de 49/02/21 e da Lei n.º 22/97, de 27/6, alterada pela Leis n.ºs 93-A/97 e 29/98, respectivamente de 22/8 e de 26/6.

\_\_\_\_\_2. Considerando que a competência referida em 1 foi delegada na Vereadora do Pelouro da Gestão Administrativa, por despacho do Sr. Presidente do qual a Câmara tomou conhecimento na reunião de 98/01/16. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.Considerando que a Lei n.º 22/97, e suas posteriores alterações, exigem, para concessão e renovação das licenças em análise, que os requerente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1 Preencham cumulativamente os seguintes requisitos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.1 Se encontrem em pleno uso de todos os direitos civis e políticos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2 Não tenham sido alvo de medidas de segurança, ou condenados judicialmente pelos crimes a que se refere o n.º 3 do Artigo 1.º da mesma Lei, designadamente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.1 Homicídio; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.2 Homicídio qualificado; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.3 Homicídio privilegiado; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.4 Homicídio a pedido da vítima; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.5 Incitamento ou ajuda ao suicídio; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.6 Infanticídio; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.7 Homicídio por negligência com uso de arma; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.8 Ofensa à integridade física grave; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.9 Ofensa à integridade física qualificada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.10 Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.11 Participação em rixa ou em motim; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.12 Ameaça com arma de fogo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.13 Sequestro; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.14 Escravidão; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.15 Rapto; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.1.2.16 Tomada de reféns; \_\_\_\_\_

- \_\_\_\_\_ 3.1.2.17 Coacção sexual;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.18 Violação;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.19 Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.20 Abuso sexual de pessoa internada;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.21 Tráfico de pessoas;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.22 Lenocínio;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.23 Abuso sexual de crianças;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.24 Abuso sexual de adolescentes e dependentes;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.25 Actos homossexuais com menores;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.26 Lenocínio de menor;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.27 Roubo;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.28 Violência depois da subtracção;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.29 Genocídio;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.30 Discriminação racial;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.31 Crimes de guerra contra civis;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.32 Incêndios;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.33 Explosões e outras condutas especialmente perigosas;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.34 Tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.35 Substâncias explosivas ou análogas e armas;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.36 Captura ou desvio de aeronave, navio ou comboio;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.37 Atentado à segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.38 Associação criminosa; e,\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3.1.2.39 Organizações terroristas e terrorismo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3.1.3 Se submetam a exame médico e a teste psicotécnico nos termos a definir em regulamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por não se encontrar regulamentado não pode ser exigido este último requisito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4 . **Considerando** que a deliberação da Câmara Municipal, datada de 97/12/05, definiu a exigência, aos requerente da concessão ou renovação da licença de uso e porte de arma de caça ou recreio, dos seguintes documentos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.1 Requerimento; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.2 Atestado de residência ou fotocópia do cartão de eleitor comprovativos de que residem na área do Município de Pombal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.3 Fotocópia do BI; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.4 Certificado do Registo Criminal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.5 Fotocópia da carta de caçador, válida; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4.6 No caso de indivíduos que não possuam carta de caçador válida, promoverá a C.M.P. consulta às autoridades policiais e à junta de freguesia respectiva sobre a idoneidade e capacidade do requerente para usar arma de caça. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Ocorre pois que: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.1 Relativamente a indivíduos cujo Certificado do Registo Criminal não faça referência a medida de segurança ou condenação judicial por crime definido no n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 22/97, e que apresentem a Carta de Caçador válida, o pedido de concessão ou de renovação da licença é, naturalmente, deferido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.2 Relativamente a indivíduos cujo Certificado do Registo Criminal faça referência a medida de segurança ou condenação judicial por crime definido no n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 22/97, e que apresentem ou não a Carta de Caçador válida, o pedido de concessão ou de renovação da licença é, necessariamente, indeferido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.3 Relativamente a indivíduos cujo Certificado do Registo Criminal não faça referência a medida de segurança ou condenação judicial por crime definido no n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 22/97, cujos pareceres, solicitados em razão da não apresentação da carta de caçador, sejam, ambos, favoráveis, é deferido o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.4 As dificuldades de uniformização de critério de apreciação surgem quando o Certificado do Registo Criminal não faz referência a medida de segurança ou condenação judicial por crime definido no n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 22/97, mas um ou ambos pareceres, solicitados em razão da não apresentação da carta de caçador, não são, de todo, favoráveis. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. Proponha-se o seguinte juízo:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Se a Câmara solicita pareceres a entidades externas é em razão do reconhecimento que faz da sua incapacidade para, de *per si*, bem julgar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nestes termos, e não obstante o carácter indiscutivelmente não vinculativo dos pareceres, sempre será razoável que a Câmara se apoie neles para tomar decisão.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Independentemente da sustentabilidade e justeza do teor dos pareceres, convirá referir que os mesmos, frequentemente, não são inequívocos nem concordantes entre si.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7.E proponha-se finalmente que:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por não ser expectável que se possa pedir terceiro parecer a entidade diversa das já consultadas, que sempre poderia servir de desempate, delibere a Câmara que sempre que sejam solicitados pareceres, nos termos da deliberação da Câmara Municipal, datada de 97/12/05, apenas se concedam ou renovem licenças quando ambos sejam plenamente favoráveis.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da informação acima transcrita e dar conhecimento aos Serviços a fim de os mesmo agirem em conformidade com a informação.\_\_\_\_\_

### **Direito de Superfície entre a Câmara Municipal de Pombal e o Sporting Clube de Pombal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Considerando a enorme carência na área desportiva, que constitui a inexistência de uma piscina coberta na cidade de Pombal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Considerando que desde longa data o Sporting Clube de Pombal, tem desenvolvido um trabalho conjunto com a Autarquia, no sentido de progressivamente ir dotando a cidade de mais e melhores equipamentos desportivos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Considerando que a promoção da construção de uma piscina coberta não é exclusivamente tarefa da Câmara Municipal de Pombal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Considerando a possibilidade legal de o Sporting Clube de Pombal, poder ter acesso a financiamento via IND e PIDDAC da DGOT, à semelhança do que aconteceu com as bancadas e balneários do Estádio Municipal, proponho que:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara Municipal de Pombal aprove a constituição do direito de superfície de um terreno, com 2522 m2, cedido à Câmara Municipal de Pombal no âmbito do loteamento 6/91, e integrado no seu domínio privado, destinado à construção de piscinas, a favor do Sporting Clube de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O terreno identificado em planta anexa, está inscrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal com o nº. 5697 confrontando a Norte com caminho público, Nascente Francisco José Martel Patrício, Sul ribeiro e Poente Manuel Rodrigues Pinto Novo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os termos do contrato a realizar serão os previstos, na minuta do contrato, em anexo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que autorize o Sr. Presidente da Câmara, ou quem as suas vezes fizer a outorgar o contrato de constituição do direito de superfície e aprove esta proposta por minuta, para obtenção de efeitos imediatos, e que reconheça que o valor do prédio é inferior a 25.000 contos, não carecendo desta forma de ser apreciado pela Assembleia Municipal.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se a minuta do contrato respeitante à constituição do direito de superfície, a celebrar entre a Câmara Municipal de Pombal e o Sporting Clube de Pombal, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **”Contrato entre a Câmara Municipal de Pombal e o Sporting Clube de Pombal com sede em Pombal , pelo qual é constituído, a favor do segundo, direito de superfície sobre o prédio inscrito na Conservatória do Registo Predial com o número 5697 confrontando a Norte com caminho público , Nascente Francisco Martel Patricio , Sul Ribeiro e Poente Manuel Rodrigues Pinto Novo.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos ..... de ..... do ano de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, conforme deliberação da Câmara Municipal de Pombal tomada na reunião ordinária celebrada em ....., compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Primeiro: ....., na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal, outorgando em nome e em representação da mesma Câmara, para que se acha devidamente mandatado por deliberação tomada na reunião ordinária realizada a ....., último. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Segundo: Sporting Clube de Pombal com sede em Pombal, freguesia de Pombal, Concelho de Pombal, representada pelo seu Presidente ....., o que verifiquei por documento que me foi entregue e arquivo no maço de documentos da presente escritura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição do respectivo bilhete de identidade. Do meu conhecimento são também a qualidade de que arroga o primeiro outorgante bem como os poderes que legitimam a sua intervenção neste acto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pelo primeiro foi dito: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que tendo a Câmara Municipal de Pombal em reunião ordinária celebrada em ....., deliberado por ....., fazer um contrato com o segundo outorgante para a constituição a favor deste, de direito de superfície sobre o prédio inscrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal com o número 5697 (cinco mil seiscientos e noventa e sete ) quer contratar com o mesmo nos termos e condições seguintes: \_\_\_\_\_

**ARTIGO PRIMEIRO:**

O objecto do contrato é a cedência do direito de superfície pela Câmara Municipal de Pombal ao Sporting Clube de Pombal, com sede em Pombal, de uma parcela de terreno com a área de dois mil quinhentos e vinte e dois metros quadrados para a construção de uma piscina coberta destinada ao ensino e prática de natação.

**ARTIGO SEGUNDO:**

UM: o direito de superfície é constituído pelo período de cinquenta anos, com início nesta data.

DOIS: o prazo é prorrogável por dois períodos sucessivos, iguais de vinte e cinco anos.

**ARTIGO TERCEIRO:**

O Sporting Clube de Pombal, não pagará qualquer canon superficiário como contrapartida do direito de superfície.

**ARTIGO QUARTO:**

O Superficiário obriga-se a:

UM: Iniciar-se as obras no prazo de dois anos, contados à data do presente contrato.

DOIS: Consentir a fiscalização por parte do primeiro outorgante, permitindo aos agentes o acesso às construções e instalações depois de devidamente notificados para o efeito.

TRÊS: Utilizar o terreno cedido, exclusivamente para os fins referidos no artigo primeiro.

QUATRO: Respeitar todos os condicionalismos legais constantes nos Decretos-Lei, setecentos e trinta e sete, traço A, barra setenta e quatro de vinte e três de Dezembro, setecentos e trinta, barra, setenta e quatro de vinte de Dezembro e duzentos e sessenta e cinco, barra, setenta e seis de dez de Abril.

**ARTIGO QUINTO:**

UM: A transmissão entre vivos de direito de superfície carece de consentimento da Câmara Municipal de Pombal, sob pena de ineficácia.

DOIS: A Câmara Municipal de Pombal, gozará sempre do direito de preferência em primeiro grau na adjudicação em liquidação e partilha do superficiário, sendo o direito de preferência exercido de harmonia com as normas regulamentares

estabelecidas, no Decreto-Lei, número oitocentos e sessenta e dois, barra, setenta e seis de vinte e dois de Dezembro.\_\_\_\_\_

**ARTIGO SEXTO:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_UM: O direito de superfície reverte para a Câmara Municipal de Pombal sem qualquer indemnização se a Associação não iniciar as obras mencionadas no artigo primeiro dentro do prazo referido no artigo quarto, número um.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_DOIS: A Câmara Municipal de Pombal, pode ainda, obter a reversão do direito de superfície, quando o superficiário utilize a obra para fins diversos dos que lhe são próprios nos termos do artigo primeiro.\_\_\_\_\_

**ARTIGO SÉTIMO:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_UM: No caso de extinção do direito de superfície pelo decurso do prazo, o superficiário prescindirá de qualquer indemnização relativamente à totalidade das obras e benfeitorias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_À Câmara Municipal de Pombal, não serão reclamadas quaisquer quantias, derivadas do conjunto de benfeitorias realizadas pelo superficiário nem encargos financeiros por elas motivadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_DOIS: Se a extinção resultar da reversão, nos termos do número dois do artigo sexto, não haverá lugar ao pagamento de qualquer indemnização.\_\_\_\_\_

**ARTIGO OITAVO:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Ao presente contrato aplicar-se-ão, nos casos omissos, a Lei Geral e as disposições do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, barra, setenta e seis, de cinco de Novembro, do Decreto-Lei número cento e oitenta e dois de trinta de Maio, da Lei número dois mil e trinta, de vinte e dois de Junho, de mil novecentos e quarenta e oito, dos Decretos Lei setecentos e trinta, barra setenta e quatro, de vinte de Dezembro, setecentos e trinta e sete barra A, setenta e quatro, de vinte de Dezembro e duzentos e sessenta e cinco barra setenta e seis de dez de Abril.

**ARTIGO NONO:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Todos os litígios emergentes deste contrato serão da competência do Tribunal da Comarca de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pelo representante do segundo outorgante foi dito que aceita para a sua representada as cláusulas do presente contrato nos termos que ficam exaradas e se obriga a cumprir inteiramente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim o disseram e outorgaram e vão assinar comigo a presente escritura depois de ser por mim lida e explicada em voz alta e na presença simultânea dos outorgantes.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O primeiro outorgante fez prova de que a sua representada possui o cartão de identificação de entidade equiparada a pessoa colectiva com o número seiscentos e oitenta milhões, onze mil, seiscentos e oitenta e quatro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O segundo outorgante fez prova de que a sua representada possui o cartão de identificação de entidade equiparada a pessoa colectiva com o número .....” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, bem como a minuta do contrato do direito de superfície a celebrar entre a Câmara Municipal de Pombal e o Sporting Clube de Pombal. \_\_\_\_\_

### **Apoio a Freguesias.**\_\_\_\_\_

#### **\_\_\_\_\_Junta de Freguesia do Abiul.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Abiul, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com obras de beneficiação efectuadas na Praça de Touros daquela sede de Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Abiul, com um subsídio no montante de 500.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

#### **\_\_\_\_\_Junta de Freguesia do Carriço.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia do Carriço, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a mão de obra utilizada na limpeza das valetas das estradas, naquela Freguesia, no valor de 825.000\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia do Carriço, com um subsídio no montante de 825.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

#### **\_\_\_\_\_Junta de Freguesia de S. Simão de Litém.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de S. Simão de Litém, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a reconstrução de um muro junto ao Cemitério e Igreja daquela sede de Freguesia que desmoronou aquando do último Inverno. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de S. Simão de Litém, com um subsídio no montante de 500.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

**Apoio a Entidades.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Filarmónica Artística Pombalense.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Filarmónica mencionada em epígrafe, em que solicita apoio destinado a minimizar as despesas com a realização do II Encontro Nacional de Bandas Cívicas levado a efeito no passado dia 24 de Outubro, nesta Cidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a referida Filarmónica com um subsídio no montante de 450.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Junta de Agricultores do Regadio das Boldrarias.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Assunto: Reconstrução do Regadio das Boldrarias \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Na sequência da carta da Junta de Agricultores do Regadio das Boldrarias, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, que foi presente à reunião de câmara, realizada em 03 de Julho de 1998, ficou deliberado comparticipar em 10% do valor da obra adjudicada, de acordo com o solicitado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Considerando que a mesma Junta solicitou, ainda, o pagamento do valor do projecto, devidamente aprovado pela DRABL e uma vez que não dispõe de capacidade financeira para o efectuar, proponho que a Câmara delibere no sentido de se atribuir 300.000\$00 mais IVA, correspondentes ao montante do custo do projecto em causa.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Instauração de Processos de contra-ordenação.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, instaurar processos de contra-ordenação, aos seguintes indivíduos, por terem transgredido as disposições legais, abaixo mencionados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Manuel Ramos Simões, residente no lugar de Ribeira de Santo Amaro, freguesia do Louriçal, deste concelho, conforme Participação da Fiscalização Municipal, de 27 de Outubro, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A César dos Santos Marques, residente na Rua Quinta das Nogueiras, em Soure, conforme Participação da Fiscalização Municipal, de 28 de Outubro, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A João Mendes Marques, residente no lugar de Reis, freguesia de Almagreira, deste concelho, conforme Participação da Fiscalização Municipal, de 28 de Outubro, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A António Joaquim Jorge Cordeiro, residente na Rua de Albergaria dos Doze, nesta cidade, conforme Participação da Fiscalização Municipal, de 19 de Outubro, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Arlindo Gonçalves, residente no lugar de Outeiro da Ranha, freguesia de Vermoil, deste concelho, conforme Participação da Fiscalização Municipal, de 20 de Outubro, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Arlindo Gonçalves, residente no lugar de Outeiro da Ranha, freguesia de Vermoil, deste concelho, conforme Participação da Fiscalização Municipal, de 20 de Outubro, corrente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Mais deliberou, por unanimidade, nomear para instrutor dos processos respectivos a 3ª Oficial, Graça Maria Cunha Lucas.\_\_\_\_\_

### **Propostas de Atribuição de Medalhas /Dia do Município.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo - Fernando Miguel Santos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”PROPOSTA\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nascido na freguesia de Santiago de Litém, em 16 de Novembro de 1976, o Exmo. Senhor Fernando Miguel Santos notabilizou-se a nível nacional na prática da Columbofilia, como comprova o seu currículo desportivo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Iniciou a sua actividade desportiva em 1994, sendo vice campeão e campeão em várias competições concelhias. Neste ano de 1998, tem-se revelado como um dos expoentes desta modalidade a nível local, distrital e nacional. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para o seu sucesso nesta modalidade centenária, e com fortes tradições no concelho de Pombal, tem contribuído uma prática exigente e disciplinada, revelando uma dedicação ímpar, destacando-se desta forma dos restantes jovens da sua idade. Ambiciona ir cada vez mais longe e é inequivocamente um símbolo para a juventude do concelho de Pombal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O seu empenho futuro será decisivo para que esta modalidade possa continuar a marcar presença no concelho de Pombal e a Medalha que lhe é entregue, é naturalmente extensiva a todos os demais praticantes desta modalidade no nosso concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por todo este currículo, está este nosso munícipe, ao abrigo do Artigo 7.º da Secção V do Regulamento sobre a atribuição de Medalhas pela Câmara Municipal, em condições de receber a Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo, pelo que proponho, ao abrigo deste Art.º e do Artigo 25.º do já citado Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Cultural e Mérito Desportivo ao Sr. Fernando Miguel Santos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais proponho que, se esta proposta for aprovada como espero, a mesma o seja por minuta para efeitos imediatos e a medalha seja entregue ao homenageado no próximo Dia do Município.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**\_\_\_\_\_ Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo - Rui Miguel Alegre do Nascimento Lopes. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **”PROPOSTA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nascido na Sé Nova, em 22 de Março de 1972, o Exmo. Senhor Rui Miguel Alegre do Nascimento Lopes, também conhecido como “Mickey” notabilizou-se a nível nacional na prática do Futebol, como comprova o seu actual currículo desportivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Iniciou a sua actividade desportiva em 1982, na equipa de Futebol do Sporting Clube de Pombal, na categoria de Escolas. No ano seguinte, jogou no Grupo Desportivo da Pelariga, para depois recomeçar a jogar no Sporting Clube de Pombal nas categorias de Iniciados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em 1987, ingressa na Académica, na categoria de Júniores, estando há onze anos ligado a este clube desportivo. Quando atingiu a categoria de Séniores, foi emprestado ao Brasfemes F. C., C.D.Mirandense e Associação Naval 1º Maio durante um período de três anos. Concluído este período de tempo, viria a regressar ao plantel

da Académica, onde ainda se encontra neste momento, assumindo-se como um atleta de primeiro plano.

Pela sua conduta desportiva tem-se revelado como um símbolo inequívoco para todos os jovens Pombalenses, pelo seu valor desportivo e pela sua postura pessoal.

Por todo este currículo, está este nosso munícipe, ao abrigo do Artigo 7.º da Secção V do Regulamento sobre a atribuição de Medalhas pela Câmara Municipal, em condições de receber a Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo, pelo que proponho, ao abrigo deste Art.º e do Artigo 25.º do já citado Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo ao Sr. Rui Miguel Alegre do Nascimento Lopes.

Mais proponho que, se esta proposta for aprovada como espero, a mesma o seja por minuta para efeitos imediatos e a medalha seja entregue ao homenageado no próximo Dia do Município.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita.

### **Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo - Sr. António Manuel dos Santos Monteiro.**

Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:

#### **”PROPOSTA**

Nascido na cidade de Pombal, em 4 de Fevereiro de 1963, o Exmo. Senhor António Manuel dos Santos Monteiro notabilizou-se a nível nacional na prática do Atletismo, como comprova o seu extenso currículo desportivo.

Iniciou a sua actividade desportiva em 1977, na equipa de Atletismo do Sporting Clube de Pombal e durante a sua carreira desportiva passou vários clubes desportivos, até chegar ao Sporting Clube de Portugal, onde viria a finalizar a sua carreira em 1995.

Além dos inúmeros títulos como Campeão Regional de Coimbra e Lisboa de Atletismo em 800 m e 1500 m, sagrou-se Campeão Nacional de Atletismo em 1500 m em 1986, Campeão Nacional em 800 m e 1500 m em 1987, Campeão Nacional em 5000 m em 1991, Campeão Nacional de Pista Coberta em 1500 m e 3000 m em 1991, Campeão Nacional por Equipas em 1987 e 1988.

Participou em vários “Meetings” por toda a Europa, onde obteve vários primeiros lugares e outras classificações de destaque. Venceu o Meeting Internacional de Lisboa, S. António, nas competições de 800 m e 1500 m em 1988 e 1990, respectivamente.

Por inúmeras vezes representou Portugal nos Campeonatos Europeus de Pista Coberta, tendo obtido o 5º lugar em Budapeste e o 6º lugar em Glasgow.

Foi considerado em 1987, pelo Município de Coimbra, como o melhor atleta do ano. Por apenas 5 centésimos não integrou os Jogos Olímpicos de Barcelona, tendo sido considerado como atleta pré-Olímpico.

\_\_\_\_\_ Ainda é actualmente Recordista Ibérico por Equipas em 1500 m, marca atingida no ano de 1992, em Lisboa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em 1991, um dos anos mais brilhantes da sua carreira desportiva, venceu todas as provas de atletismo que participou em território nacional. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por todo este extenso currículo, está este nosso munícipe, ao abrigo do Artigo 7.º da Secção V do Regulamento sobre a atribuição de Medalhas pela Câmara Municipal, em condições de receber a Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo, pelo que proponho, ao abrigo deste Art.º e do Artigo 25.º do já citado Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo ao Sr. António Manuel dos Santos Monteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais proponho que, se esta proposta for aprovada como espero, a mesmo o seja por minuta para efeitos imediatos e a medalha seja entregue ao homenageado no próximo Dia do Município.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo - Sr. Pedro Roma.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **”PROPOSTA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nascido na Sé Nova, em 22 de Março de 1972, o Exmo. Senhor Pedro Roma notabilizou-se a nível nacional na prática do Futebol, como comprova o seu actual currículo desportivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Iniciou a sua actividade desportiva em 1982 como Guarda-redes, na equipa de Futebol do Sporting Clube de Pombal. Com apenas 15 anos é convidado para ingressar na Académica. Terminada a fase de Júnior, assinou novamente contrato com a Académica, mas já como sénior. No primeiro ano é emprestado ao Naval Primeiro de Maio, onde assume lugar de relevo. Aliás, durante este período de tempo é chamado por várias vezes à Selecção Nacional de Esperanças. Em seguida inicia um périplo por várias equipas, onde se destaca a passagem pelo Sport Lisboa e Benfica, mas acabaria por regressar à Académica, onde apresenta actualmente um plano de relevo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pela sua conduta desportiva tem-se revelado como um símbolo inequívoco para todos os jovens Pombalenses, pelo seu valor desportivo e pela sua postura pessoal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por todo este currículo, está este nosso munícipe, ao abrigo do Artigo 7.º da Secção V do Regulamento sobre a atribuição de Medalhas pela Câmara Municipal, em condições de receber a Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo, pelo que proponho, ao abrigo deste Art.º e do Artigo 25.º do já citado Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Cultura e Mérito Desportivo ao Sr. Pedro Roma. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Mais proponho que, se esta proposta for aprovada como espero, a mesma o seja por minuta para efeitos imediatos e a medalha seja entregue ao homenageado no próximo Dia do Município.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Outros assuntos não incluídos na  
Ordem do Dia.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 19º. do Código do Procedimento Administrativo, apreciar e submeter a votação os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Minuta de Protocolo de  
Modernização Administrativa a  
celebrar entre a Direcção-Geral das  
Autarquias Locais e a Câmara  
Municipal de Pombal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, a minuta do Protocolo de Modernização Administrativa a celebrar entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e a Câmara Municipal, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”PROTOCOLO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 23/94, publicada no Diário da República, I Série-B, de 14 de Abril, é celebrado o presente **protocolo de modernização administrativa** entre:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. A Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), representada pelo Director-Geral\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. O Município de POMBAL, representado pelo Presidente da Câmara Municipal.\_\_\_\_\_

**1º**

**(Objecto do protocolo)**

1. Constitui objecto do presente protocolo o desenvolvimento do projecto cujo custo global é de 60.000 contos e que a seguir se identifica:

Modernização orgânica-funcional e técnico-administrativa dos serviços municipais.

2. O Objecto do referido projecto é:

Dotar a câmara de meios que permitam elevados níveis de qualidade na prestação dos serviços que lhe estão legalmente cometidos, preparando-se para o século XXI.

**2º**

**(Vigência)**

O presente protocolo produz efeitos a partir da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 1999.

**3º**

**(Comparticipação financeira)**

1. O município beneficiará de uma participação financeira do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) de 30000 contos, correspondente a 50% do investimento elegível.

2. A referida participação tem o seguinte esclarecimento:

1998 – 4500 contos

1999 – 25500 contos

sendo, em 1998, concedida, a título de adiantamento, 50% da participação total atribuída.

**4º**

**(Dotação orçamental)**

As verbas que asseguram a execução deste protocolo são inscritas nos orçamentos do Município contratante e do MEPAT, (dotação a Direcção-Geral das Autarquias Locais), de acordo com a participação financeira estabelecida.

**5º**

**(Aplicação das verbas)**

Quando se verificar que as verbas atribuídas não foram aplicadas de acordo com o previsto o Município obriga-se, através deste protocolo, a restituir o montante recebido, aceitando a correspondente retenção das verbas do Fundo geral Municipal, não podendo o mesmo, além disso, apresentar candidaturas no ano imediato.

**6º**

**(Cumprimento das acções)**

No caso de o Município contratante verificar a impossibilidade de cumprimento total ou parcial do previsto no presente protocolo, devera comunicar este facto atempadamente à DGAL até à data limite para a realização do projecto.

**7º**

**(Acompanhamento)**

1. À DGAL compete participar no acompanhamento da execução física da acção e, em conformidade com os objectivos propostos, a publicitação deste protocolo e dos resultados obtidos, bem como a divulgação e edição das acções consideradas exemplares.

2. À DGAL incumbe ainda o acompanhamento da execução, em termos financeiros, do presente protocolo.

3. Ao Município contratante compete afixar, em local de acesso ao público, cópia do presente protocolo rubricado pelos intervenientes.

4. O Município contratante obriga-se a elaborar um relatório final de execução das acções compreendidas no projecto participado.

Feito em dois exemplares.

Lisboa, 31 de Outubro de 1998

O DIRECTOR-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS (a)

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (a)''

(aa) assinaturas ilegíveis

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Protocolo de Modernização Administrativa, acima transcrito, e dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substituir para o assinar e outorgar.

**Despoluição do Rio Arunca  
(Construção dos Emissários EG 4 e  
EG 5) - Abertura de Concurso  
Público.**

Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:

”Junto se anexa projecto, programa de concurso e caderno de encargos, relativos à obra mencionada em epígrafe, para efeitos de abertura de concurso público.

O preço base é de 136.854.595\$00 (com exclusão do IVA) e o prazo de execução que se propõe é de 300 dias.

\_\_\_\_\_A obra encontra-se prevista no Plano de Actividades sob o código 10.02.01 e no orçamento sob a rubrica 09.09.04.02.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Mais se informa que os critérios previstos no Programa de Concurso, para efeitos de apreciação das propostas são: 1º. Garantia de boa execução (38%); 2º. Preço (35%) e 3º. Valor técnico da proposta (27%), por ordem decrescente da sua importância.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto, o programa de concurso e o caderno de encargos, relativos à obra mencionada em epígrafe, e abrir concurso público, com vista à execução da obra, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita.\_\_\_\_\_

### **Pedido de mudança de um caminho.\_**

\_\_\_\_\_1. Na reunião de 20 de Dezembro de 1996, foi deliberado mandar proceder à mudança de um caminho numa extensão de aproximadamente 300 metros, em que é requerente a Firma Abílio Duarte da Mota & Filhos, Lda., com sede no lugar de Vieirinhos, freguesia de Carriço, deste Concelho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É presente agora o processo de onde consta, além do mais, uma certidão de afixação do respectivo edital, não existindo qualquer reclamação contra a mudança.\_

\_\_\_\_\_A Câmara, depois de analisar o processo, deliberou, por unanimidade, aprovar o novo traçado e autorizar a realização das obras nos termos propostos pela Firma requerente.\_\_\_\_\_

### **Constituição do Direito de Superfície entre a Câmara Municipal de Pombal e o Agrupamento nº. 674 do Corpo Nacional de Escutas de Pombal.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Nos termos da alínea i) do nº. 1 do artigo 53º. do Decreto-Lei 100/84 de 29 de Março, proponho a constituição de direito de superfície entre a Câmara Municipal e o Agrupamento nº. 674 do Corpo Nacional de Escutas de Pombal, nos pressupostos seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. O objecto do direito de superfície é a cedência de um terreno por parte da Câmara Municipal de Pombal para construção e manutenção do edifício sede do Agrupamento supracitado, destinado às actividades realizáveis no âmbito desse Agrupamento e outras de interesse sócio-cultural;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. O terreno a ceder para o efeito localiza-se na área urbana de Pombal, estando designado por Lote 1 da Urbanização da Fonte Nova, com a área de 590 m2, destinado a equipamento social, de acordo com o PDM em vigor;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O direito de superfície será constituído pelo período de cinquenta anos, com início em 1999;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. O Agrupamento nº. 674 do Corpo Nacional de Escutas de Pombal não pagará qualquer cânon superficiário como contrapartida do direito de superfície;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. O superficiário obrigar-se-á a utilizar integral e ininterruptamente o terreno cedido para os fins referidos no nº. 1;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. A transmissão entre vivos do direito de superfície carecerá de consentimento da Câmara Municipal, sob pena de ineficácia.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita.\_\_\_\_\_

### **Renda Apoiada \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, uma proposta do Vereador do Pelouro da Habitação e Acção Social, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Actualização da Renda Apoiada do Sr. Joaquim do Carmo Vieira.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em aditamento à deliberação da Câmara de 31.07.98, e tendo em conta a situação sócio-económica e familiar do inquilino supramencionado, propõe-se que excepcionalmente lhe seja dado o prazo de 18 meses para a actualização do valor da renda.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Vereador, acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Escola Pré-Primária de Vila Cã -  
Arranjos Exteriores - Procº. nº. 16/98  
- Recepção Provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto da recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Caminho Carrascos, Pingarelhos,  
Paço (3ª. Fase) - Procº. nº. 37/95 -  
Auto de vistoria para efeitos de  
extinção da caução.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Caminho Santorum - Casal Fernão  
João (3ª. Fase) - Auto de vistoria para  
efeitos de extinção da caução.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Pavimentação de Arruamentos na  
Charneca - Procº. nº. 51/95 - Auto de  
vistoria para efeitos de extinção de  
caução.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em  
epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31  
de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas  
condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução,  
de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Pavimentação da Rua da Cartaria R.  
S. José - Procº. nº. 52/95 - Auto de  
vistoria para efeitos de extinção de  
caução.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em  
epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31  
de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas  
condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução,  
de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Remodelação e Melhoramentos de  
Áreas de Cons. Zonas Desportivas  
(Construção de um Anexo Junto ao  
Pavilhão Polidesportivo de Pombal) -  
Procº. nº. 11/97 - Auto de vistoria  
para efeitos de extinção de caução.\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º. do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção da caução, de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Licenciamento de Obras Particulares/  
Aprovação de Architecturas.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De M. S. Domingues - Construções, Lda., com sede na Rua do Silêncio, lugar e sede de freguesia de Almagreira, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado armazém, na Urbanização Fonte Nova - Zona Industrial da Formiga - Lote 5, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1413/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Associação Desportiva Caça e Pesca de S. Simão de Litém, com sede no lugar de Arnal, freguesia de S. Simão de Litém, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à ampliação de um imóvel destinado a arrecadações para apoio ao bar e ao salão de convívio daquela Associação, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1507/RC/98.\_\_\_\_\_

**Licenciamento de Obra Particular/  
Concessão de Licença.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o seguinte requerimento, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De João das Neves e Maria das Neves, residentes no lugar de Caseirinhos, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de uma moradia, no lugar de Barco, da referida freguesia e concelho, a que se refere o processo de obras nº. 1088/RC/98.\_\_\_\_\_

**Aprovação por minuta.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta por minuta, para efeitos imediatos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram dezoito horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_ redigi, subscrevo e vai ser assinada.\_\_\_\_\_